

TOPÔNIMOS, NOMES DE ESCOLA E MEMÓRIA: O LÉXICO COMO REPERTÓRIO DO CONHECIMENTO CULTURAL

Carla Bastiani¹

RESUMO: O objetivo deste artigo é tecer considerações a respeito do topônimo como um registro temporal da cosmovisão de um determinado grupo social, ao levar em consideração o fato de que, subjacente a ele, estão vestígios da identidade e da história desse grupo. Desse modo, ao resgatar a memória dos topônimos que denominam as escolas de uma comunidade, é possível reconstruir parte da sua história, bem como recuperar e trazer à tona informações relacionadas à constituição do patrimônio cultural dessa comunidade que se encontram subjacentes a esses nomes. Nesse sentido, primeiramente, são discutidos os aspectos gerais que envolvem o processo de nomeação de lugares na vertente toponímica; em seguida, são abordadas questões relativas ao signo toponímico e à sua motivação inerente; finalmente, o topônimo é examinado como meio de preservação da memória do grupo.

Palavras-chave: Topônimos, Nomes de escola, Memória, Patrimônio cultural.

INTRODUÇÃO

Enquanto manifestação concreta da linguagem, é por meio da língua que os indivíduos constroem as suas relações nos diversos ambientes em que interagem no interior de uma sociedade. É a língua o instrumento que viabiliza essa interação, assim como a expressão de ideias, sentimentos e intenções. Nessa perspectiva, a língua pode ser entendida como um fato social e, a partir dessa compreensão, analisada a partir de sua relação com a estrutura de uma sociedade.

Sapir (1969, p. 20) já dizia que a língua é “um guia para a realidade social”, evidenciando a necessidade de pensar a língua em sua relação imanente com a sociedade e com a cultura, isto é, considerando-a como parte

¹ Graduada em Letras pela Universidade Federal do Tocantins - UFT (2012). Especialista em Metodologia do Ensino na Educação Superior - UNINTER (2014). Mestre em Ensino de Língua e Literatura - PPGL/UFT (2016). É pesquisadora na área de Linguística, ênfase em Onomástica/Toponímia.



da realidade sociocultural de uma comunidade, e vindo no léxico a projeção do universo de significados e experiências inerentes ao contexto de mundo de uma comunidade de falantes.

A visão de mundo que cada sociedade tem de seu contexto circundante é única, e essa visão particularizada faz com que essa comunidade use a língua de maneira singular para expressar a realidade observada, sendo o léxico, portanto, produto social portador de uma carga cultural significativa. Ao perceber a realidade ao seu próprio modo, a comunidade também nomeia, sob um ponto de vista característico, os elementos que fazem parte do seu espaço – sejam eles lugares, pessoas, animais ou objetos, de modo que os nomes se constituem como elementos nos quais subjazem a imagem do mundo e o *modus vivendi* dessa comunidade.

Fazendo uso de sua habilidade linguística para nomear tudo aquilo que perfaz o seu mundo, o homem imprime nos nomes que batizam os elementos que o rodeiam traços de sua cultura, da sua história e da sua ideologia, marcas essas que podem ser visualizadas nos nomes de lugares, ao se levar em consideração as influências socioculturais que incidem na escolha deles.

A Toponímia é a disciplina científica voltada ao estudo dos nomes de lugares, os topônimos, a qual busca resgatar as motivações desses nomes. Esse trabalho de resgate pode possibilitar que se desvende algo da expressão psicossocial e cultural de um grupo de falantes em um determinado recorte temporal devido ao caráter conservador que o topônimo carrega em si.

Ao tratar das denominações dos lugares que fazem parte de uma comunidade, percebe-se que eles raramente são escolhidos de modo aleatório, especialmente quando se trata dos nomes que batizam lugares de reconhecida representatividade social, como ocorre com as escolas, importantes espaços de socialização das sociedades modernas, por se constituírem como lugares de trocas por excelência: de conhecimentos, de valores e de vivências.

A escola é um lugar particularizado pelo nome que lhe foi dado. Isso faz com que haja entre o nome do lugar e o significado que o lugar representa para a comunidade um elo essencial para que a identidade do grupo seja cristalizada. Desse modo, conhecer a motivação dos nomes das escolas de uma comunidade pode revelar aspectos sobre a história e a cultura dessa comunidade, bem como servir como referência para o conhecimento dos valores que integram a cosmovisão desse corpo social.

ASPECTOS RELATIVOS À NOMEAÇÃO NA VERTENTE TOPONÍMICA

Não é possível explicar a linguagem desvinculada de sua vertente social. É por meio da linguagem que o homem se comunica, organiza e estrutura seu pensamento, expressa e defende pontos de vista, produz conhecimento. A linguagem permite ao homem transformar o mundo em um todo ordenado e significativo. De acordo com Duarte Júnior (1988, p.18), “toda a massa de sensações e percepções é filtrada pela linguagem humana e recebe uma





significação”. Em outras palavras, a linguagem permite ao homem nomear a realidade que o cerca.

Quando se trata da relação entre linguagem e realidade, a nomeação é um ponto central. Enquanto uma função da linguagem, a nomeação desempenha um papel de fundamental importância, uma vez que é por meio dos nomes que o homem imprime sentido à sua vida. É pelo significado dos nomes que ele percebe a sua realidade. Em Crátilo, Sócrates afirma que “o nome, por conseguinte, é instrumento para informar a respeito das coisas e para separá-las, tal como a lançadeira separa os fios da tela” (PLATÃO, 1973, p. 126). Sob esse ponto de vista, ao nomear, atribui-se um sentido particularizante àquilo que se nomeia.

[...] esse objeto à minha frente. Não sei o que é, não sei de sua utilidade, nunca o vi antes. Alguém me informa: "isto é um grampeador - com ele podemos prender juntas algumas folhas de papel". Se de agora em diante me falarem de um grampeador, saberei do que se trata. Meu mundo se ampliou, nele coube mais um nome, mais um objeto significativo. O grampeador – o objeto e a palavra que o representa – passou a fazer parte do meu mundo (DUARTE JÚNIOR, 1988, pág. 17, grifo do autor).

Pela citação acima, percebe-se que o nome especifica aquilo que é nomeado, este passa a ter uma significação. Observa-se, assim, que a função da linguagem não se limita a catalogar o mundo ou mesmo a inventariar as coisas. Ela é um meio de ordenar a vida do homem em um contexto espaço-temporal por conferir sentido às coisas.

É de aceitação geral que, sendo um produto social, encontra-se na língua o repertório cultural de uma comunidade. Dal Pizzol (2014, p.17) afirma que “o conjunto de palavras de uma língua representa o universo de significados experienciados pelos indivíduos de uma mesma comunidade de fala”. A afirmação dessa autora vai ao encontro da constatação de Sapir (1969), que considera o léxico como o acervo vocabular dos falantes de uma comunidade.

O léxico completo de uma língua pode se considerar, na verdade, como o complexo inventário de todas as ideias, interesses e ocupações que açambarcam a atenção da comunidade; e, por isso, se houvesse à nossa disposição um tesouro assim cabal da língua de uma dada tribo, poderíamos daí interferir, em grande parte, o caráter do ambiente físico e as características culturais do povo considerado (SAPIR, 1969, p. 45).

A partir das considerações acima, o léxico pode ser entendido como o universo de palavras que as pessoas de um determinado grupo social têm à sua disposição para se expressar, isto é, o patrimônio vocabular da



comunidade que representa as experiências culturais acumuladas pelo grupo ao longo do tempo.

Sendo a palavra a unidade básica do léxico de uma língua, ela pode ser estudada sob diferentes enfoques pelas ciências subordinadas à Linguística que fazem do léxico seu objeto de investigação: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia. A primeira, a Lexicologia, estuda de modo científico a unidade lexical, isto é, os aspectos formais e significativos da palavra; a segunda, a Lexicografia, é a ciência que estuda a formulação e o registro do acervo lexical de um idioma em dicionários; a terceira, Terminologia, tem como objeto de estudo o termo, em outras palavras, a palavra concernente a uma área de estudo específica do conhecimento humano.

Partindo das definições acima, este estudo está inserido na área de estudo da Lexicologia, tendo em vista que, considerando a dimensão social da língua, uma das preocupações da Lexicologia é analisar as relações do léxico com o contexto ambiental, histórico-político e cultural da comunidade, buscando examinar a palavra como testemunho de uma época.

Sapir (1969, p. 51) explicita que “o léxico, ou seja, o assunto de uma língua destina-se, em qualquer época, a funcionar como um conjunto de símbolos referentes ao quadro cultural do grupo”, uma vez que reflete o ambiente físico e social dos falantes. O autor enfatiza que “o interesse social determina a natureza do léxico”, o que significa que os fatores socioculturais são refletidos na língua, e explica o fato de cada povo imprimir em sua língua uma visão particularizada do mundo, isto é, expressar a seu modo a realidade que o cerca.

Filgueiras (2011) partilha a constatação feita por Sapir quando diz que o léxico pode ser:

Considerado parte integrante do patrimônio cultural de um grupo de indivíduos que compartilham costumes e propósitos, já que é por meio do sistema linguístico que os homens se exprimem e expressam seus pensamentos e valores, o léxico é um elemento fundamental no processo de registro e preservação da memória das coletividades, podendo, por isso mesmo, ser utilizado como relevante fonte de informação para o resgate e caracterização de organizações humanas, muitas vezes, já desaparecidas (FILGUEIRAS, 2011, p.27).

Oliveira (2014, p.29), apoiando-se nas reflexões de Biderman (1988), conclui que “é o léxico, portanto, que reflete de maneira mais evidente a relação da língua com todos os aspectos da civilização, já que a língua constitui a ligação entre sociedade e cultura, existindo, na prática, uma interdependência entre língua, cultura e sociedade”. Ainda segundo Filgueiras (2011, p. 27), “valendo-se da palavra, o homem nomeia e caracteriza o mundo que o rodeia, exercendo seu poder sobre o universo natural e antropocultural, registrando e perpetuando a cultura”. Isso significa que o estudo do léxico, como já foi dito anteriormente, permite evidenciar a maneira de pensar de um





dados grupo social no decurso da história, o que, por conseguinte, implica um resgate cultural.

Integrando-se à Lexicologia, a Onomástica² possui como objeto de estudo o processo denominativo, ou seja, o estudo dos nomes próprios. Ela possui duas áreas de estudo: Toponímia (do grego τόπος, lugar e ὄνομα, nome) e Antroponímia (do grego άνθρωπος, homem, e ὄνομα nome). Pela própria etimologia, evidencia-se que à primeira disciplina cabe o estudo dos nomes próprios de lugares e designativos geográficos e, à segunda, o estudo dos nomes próprios de pessoa.

Dal Pizzol (2014) salienta que, apesar dessas duas disciplinas se constituírem em campos semânticos distintos, elas são complementares, tendo em vista que ambas encontram no *onoma* uma área de intersecção. Especificamente, o *onoma* em função onomástica³, ou seja, revestido pelo caráter denominativo, o qual poderá ser referenciado como um topônimo ou como um antropônimo, dependendo do enfoque da pesquisa.

Neste estudo, o que se discute é atinente ao estudo do nome de lugar, logo, as considerações feitas relacionam-se apenas aos topônimos. Dick (1990) os definiu como:

Verdadeiros testemunhos históricos de fatos e ocorrências registrados nos mais diversos momentos da vida de uma população, encerram, em si, um valor que transcende ao próprio ato de nomeação: se a Toponímia situa-se como a crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal. Chega, muitas vezes, a se espalhar além de seu foco originário, dilatando, conseqüentemente, as fronteiras políticas, e criando raízes em sítios distantes. Torna-se, pois, a reminiscência de um passado talvez esquecido, não fora a sua presença dinâmica (DICK, 1990, p.22).

Percebe-se, dessa forma, que o léxico toponímico, como expressão linguístico-social, encontra-se enraizado à história, à tradição e aos costumes de um povo, de modo que o topônimo se apresenta como um meio que auxilia na compreensão da própria ideologia do denominador perante o meio. Para Carvalhinhos (2007) “o nome é muito mais que um mero identificador ou uma

² A Onomástica (do grego ὀνομαστική, ato de nomear), ciência que estuda os nomes próprios, tem duas subáreas ou subsistemas: a Toponímia (do grego τόπος, lugar e ὄνομα, nome) e a Antroponímia (do grego άνθρωπος, homem, e ὄνομα, nome). A Onomástica é uma disciplina científica com suas regras, taxionomia e metalinguagem. A primeira estuda os nomes próprios de lugares e a segunda os nomes próprios de pessoas (CIRRINCIONE, 2010, p. 200).

³ Apenas o emprego dos signos linguísticos é que se torna especial nas ciências onomasiológicas; ou, em outras palavras, a função significativa dos mesmos é que se diferencia quando a Toponímia os transforma em seu objeto de estudo. Exemplificando: a categorização linguística de “pedra” inclui o termo no conjunto dos designativos ou nomes comuns, enquanto o sintagma toponímico Morro da Pedra – em que morro é o acidente geográfico de natureza física e Pedra o topônimo propriamente dito – identifica um litotopônimo (DICK, 1990, pp. 36-37).



etiqueta, é antes um vasto campo de estudo e um convite a entender as sociedades que o geraram, numa perspectiva diacrônica, e as que o utilizam, em perspectiva sincrônica”.

Portanto, é possível asseverar que o topônimo não é algo estranho à conjuntura sociopolítica e cultural da comunidade. Ao contrário, pode ser considerado um registro temporal da cosmovisão de um determinado grupo social, já que ao nome se incorporam vestígios da identidade e da história desse grupo e, “ao eleger o nome de um lugar, o homem faz uso de suas habilidades linguísticas, associando a denominação a aspectos da realidade da comunidade e agregando a ele motivação, convenção e identificação” (DAL PIZZOL, 2014, p.17).

O SIGNO TOPONÍMICO E A QUESTÃO DA MOTIVAÇÃO

Desde os mais remotos tempos, a relação semântica entre nomes e objetos é tema de profundas reflexões. O homem, ao nomear a realidade que o cerca, utiliza palavras, isto é, signos linguísticos. Em sua obra póstuma, *Cours de linguistique générale*, cuja primeira publicação foi em 1916, Saussure define o signo linguístico como a união do sentido e da imagem acústica. Uma entidade psíquica de duas faces composta por um significado e por um significante (SAUSSURE, 1916, p. 80). Para ele, o sentido se refere ao conceito ou à ideia, em outras palavras, trata-se da representação mental de algo. O sentido para Saussure é sinônimo de significado (plano das ideias). Já o significante se refere à imagem acústica (plano da expressão).

Bem antes de Saussure desenvolver sua concepção a respeito da bipartição do signo linguístico, filósofos gregos do século II a. C já se envolviam em longos debates que buscavam chegar à conclusão se os nomes atribuídos às coisas eram mera convenção ou as imitavam de alguma forma. A questão que orientava e perpassava as discussões a respeito da linguagem era se a língua era regida pela natureza ou pela convenção. De acordo com a leitura de Dietzsch (2007):

Ser *natural* significava ter origens em princípios eternos e imutáveis fora do próprio homem, e por isso invioláveis. Por *convencional* entendia-se o que resultava do costume e da tradição, advindos de algum acordo tácito, ou de um contrato social, praticado por membros da comunidade. Acordo que, se uma vez feito pelos homens, poderia por ele ser modificado, violado (DIETZSCH, 2007, p. 47, grifos da autora).

Na esteira da discussão grega sobre naturalismo e convencionalismo, surge o Crátilo, diálogo sobre a justeza dos nomes, escrito por Platão no século V, no qual o questionamento a respeito da origem do nome é debatido pelas personagens Hermógenes e Crátilo em um diálogo guiado por Sócrates. Enquanto Hermógenes defende que nome é o resultado de uma convenção, Crátilo argumenta a favor da relação natural entre o significado da palavra e a





sua forma. Das falas das duas personagens que debatem, emerge o interesse filosófico grego pela linguagem, e reflete-se a clássica controvérsia existente entre aqueles que assumiam a posição de naturalistas e aqueles que assumiam a posição de convencionalistas. O contraponto entre essas duas posições a respeito origem dos nomes é posto em evidência nessa obra.

O diálogo chega ao final sem que Sócrates defina uma posição clara em favor das teses defendidas por Hermógenes, que vê os nomes como o resultado de uma convenção, nem das de Crátilo que defende que os nomes são estabelecidos em conformidade com a natureza das coisas. Na visão de Julia Kristeva (1969), Platão tenta conciliar as duas teses postulando que a linguagem é uma criação humana e, neste sentido convencional. Entretanto, ao advir da essência das coisas que representa, torna-se uma obrigação, uma lei para a sociedade. O nome tem então o sentido de lei, costume, uso. Para o filósofo, falar é distinguir-se das coisas exprimindo-as, dando-lhes nomes. Nomear sendo o ato que dá lugar à fala (DIETZSCH, 2007, p.49).

O fato é que a discussão sobre arbitrariedade e motivação dos signos linguísticos, relação entre as palavras e significados, prolongou-se por séculos. John Lyons, um dos grandes nomes da Linguística da segunda metade do século XX, sobre essa questão polemizada pelos filósofos antigos, explica que, quando se afirmava que uma instituição era natural, equivalia a dizer que a origem dela estava fundada em princípios inalteráveis; e quando se dizia que a instituição era convencional, era a mesma coisa que afirmar que ela era oriunda de um acordo firmado pelos membros de uma comunidade (LYONS, 1979, p.04).

Cumprir esclarecer que, ao discorrer sobre a arbitrariedade do signo linguístico, Saussure pondera que a arbitrariedade não significa que o indivíduo é livre para escolher o significado de acordo com as suas inclinações subjetivas, a escolha do significado é estabelecida por um grupo linguístico. Afirmar que o significante é imotivado quer dizer que ele é arbitrário em relação ao significado, com o qual não possui laço natural (SAUSSURE, 1969, p.83).

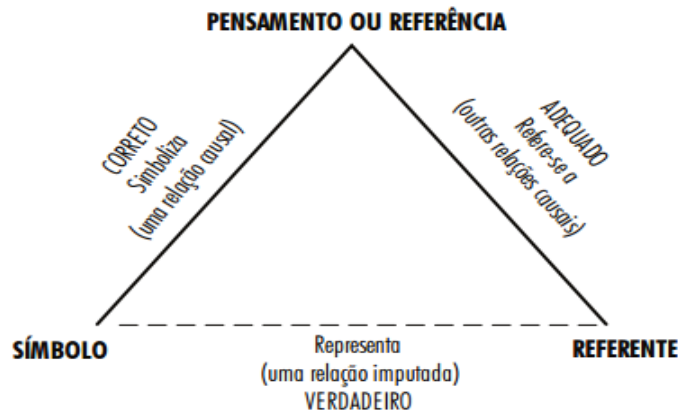
A despeito dessa relação entre significado e significante, Peirce (1977, p. 46) desenvolve a teoria da relação triádica do signo, a qual pode ser ilustrada no clássico triângulo de Ogden e Richards (1972, p.32). Na base do triângulo, encontram-se o símbolo e o referente e, no vértice, o pensamento ou a referência. A linha tracejada existente na base do triângulo evidencia que não há uma relação direta entre o símbolo e o referente, uma vez que a essa relação é mediada pelo pensamento ou pelo pensamento, localizado no vértice do triângulo.

Andrade (2010, p. 123) chama atenção para o fato de que, na própria afirmação do caráter da arbitrariedade, está subentendida a realidade extralinguística, o referente, a coisa. Ela ressalta que “é entre o signo



linguístico, ao realizar a associação significado e significante e a realidade extralinguística que se dá a relação arbitrária do signo”.

Figura 1: Triângulo semiótico



Fonte: Ogden e Richards (1972).

Ao se ocupar dessa mesma relação triádica do signo linguístico, Ullmann (1964) afirma que “há, portanto, uma relação recíproca e reversível entre o nome e a referência: se alguém ouvir a palavra pensará na coisa, dirá a palavra (ULLMANN, 1964, p.119). Esse autor denomina essa relação entre pensamento e significante de significado.

Segundo a concepção de Blikstein (1995), o modelo apresentado por Ullmann deixa a “coisa”, ou referente, à margem do processo de significação. Face às ideias desse autor, “não é a condição de extralinguístico que faz com que o referente deva ficar fora da Linguística, e não importa o nome que seja dado ‘fica reconhecida a necessidade do recurso a uma dimensão anterior à própria experiência verbal para a detecção da gênese do significado” (Blikstein, 1995, p.39 citado por Tavares, 2009, p. 99).

Blikstein ressalta a necessidade de considerar os fatores extralinguísticos, uma vez que serão esses fatores que irão representar, em um determinado recorte espaço temporal, *aspectos sócio-histórico-culturais e ideológicos de um grupo de indivíduos*.

Sob outro ponto de vista, Guiraud (1986) também se ocupou da discussão a respeito do signo linguístico. Esse autor faz referência a três noções quando se discute sobre essa questão: a de arbitrário, a de motivação e a de convenção.

De acordo com a sua perspectiva de análise, “arbitrário se opõe a motivado, e tem como corolário convencional, visto que, na ausência de qualquer motivação apenas a convenção fundamenta a significação. Convencional, entretanto, não exclui motivado” (Guiraud, 1986, p.27-28). Para o autor,





A essência do signo linguístico é a convencionalidade e não o arbitrário, convencionalidade que tende à desmotivação do signo, e portanto ao arbitrário, mas que não exclui a motivação; apenas nesse caso a motivação constitui um caráter secundário, não imediatamente necessário, e que, por este fato tende a se alterar, a se obscurecer, e, muitas vezes, a se apagar (GUIRAUD, 1975, p. 71).

Consoante ao exposto, tendo a motivação, sob a perspectiva desse autor, “um caráter secundário”, é justamente por essa razão que há palavras que não podem ser claramente relacionadas ao seu significado original. Por conseguinte, é a convenção que abaliza essa significação e fundamenta o uso dessas palavras quando a motivação inicial delas não é mais evidente.

A respeito do convencionalismo e da motivação, Ullmann (1964) refere-se a palavras “opacas”, aquelas que não apresentam relação entre som e sentido, e a palavras “transparentes”, aquelas em que se percebe certo grau de motivação, ou seja, uma relação entre o nome (significante) e o sentido (conceito).

Direcionando essa discussão especificamente para o que diz respeito ao signo toponímico, deve-se mencionar que este se difere dos demais signos no que tange à sua motivação. De acordo com Dick (1990, p. 38), embora o topônimo seja, em sua estrutura, uma forma de língua da mesma forma que qualquer outro elemento do código em questão, apresenta uma particularidade quanto à função do seu emprego, uma vez que “aquilo era arbitrário, em termos de língua, transforma-se, no ato do batismo de lugar, em essencialmente motivado, não sendo exagero afirmar ser essa uma das principais características do topônimo”.

[...] ainda que, na língua, o signo participe genericamente, de uma natureza convencional de significação, ao se aplicar o mesmo princípio à Toponímia notar-se-á uma diversidade de aspecto: o elemento linguístico comum, revestido de função onomástica ou identificadora de lugar, integra um processo relacionante de motivação onde, muitas vezes, se torna possível deduzir conexões hábeis entre o nome propriamente dito e a área por ele designada (DICK, 1990, p. 34).

É importante mencionar que o signo toponímico é motivado principalmente pelas características físicas do local ou pelas forças sociais da comunidade, isto é, crenças, valores, sentimentos, impressões, entre outros. Ao ato de nomear vinculam-se questões sócio-históricas-culturais e, ao nomear, o denominador estabelece com um o lugar denominado uma relação de identidade⁴ segundo o entendimento de Dal Pizzol (2014).

⁴ Pode-se dizer que a cultura e a identidade de uma região são formadas no meio social. E os significados dos produtos simbólicos dessas concepções possuem poder, marcando diferenças e estabelecendo relações com outras culturas. O estudo dos topônimos pode revelar e



Torna-se evidente que o estudo toponímico possibilita a recuperação de fatos das mais variadas ordens: históricos, geográfico-descritivos, etnológicos e sociais das regiões pesquisadas, pois o estudo das origens das denominações de lugares pode contribuir significativamente para o reconhecimento do *modus vivendi* de um grupo. Como se percebe, os topônimos encerram em si um valor que vai muito além da função de identificar localidades.

Merece ênfase o fato de que os topônimos estão relacionados tanto a aspectos físicos como antropoculturais, os quais influenciam o denominador na eleição de um nome para um determinado lugar. De certa maneira, o topônimo é como um espelho de um contexto espaço-temporal específico, uma vez que, na maioria das vezes, é o conjunto das circunstâncias socioculturais que constituem a realidade na qual o denominador se integra, como sujeito participativo de sua dinâmica, que o norteiam no momento do batismo de um lugar (DICK, 1990, p. 50).

Para Dick (1990, p.39), a motivação toponímica possui um duplo aspecto, o qual transparece em dois momentos: primeiramente, na intencionalidade do denominador, que seleciona o nome movido por várias circunstâncias de ordem objetiva ou subjetiva; em segundo lugar, na origem semântica da nomeação, no significado inerente a ela, que se revela de modo transparente ou opaco, apontando para as mais diversas procedências (DICK, 1990, p.39). Esses dois momentos que envolvem a motivação toponímica, a intencionalidade do denominador e a origem semântica da nomeação, representam perspectivas diacrônicas e sincrônicas no estudo toponímico, e influenciam a formalização das taxionomias dos nomes de lugares.

Sendo duas as ordens genéricas de motivações que influenciam o denominador no momento da escolha de um nome de lugar: os aspectos físicos e os aspectos antropoculturais, a partir da consideração dessas duas naturezas de influências, com o intuito de analisar a motivação dos signos em função toponímica, Dick (1990) propôs um modelo metodológico de classificação toponímica que toma como base o conteúdo semântico do nome, sendo composto por 27 categorias taxionômicas, 11 de natureza física e 16 de natureza antropocultural. Nas palavras de Dick (1998):

O objetivo da formulação de categorias toponímicas foi simples. Em princípio, ordenar as variadas significâncias da nomenclatura, criando um padrão terminológico útil para a lexicologia e lexicografia. A terminologia empregada remete, assim, ao estudo semiótico do território em análise; ao mesmo tempo, é de natureza sintética, condensando nas *taxes* o conceito expandido do significado terminológico, sob a gênese de uma metalinguagem toponímica. (DICK, 1998, p. 105).

recuperar aspectos da memória cultural e da identidade predominantemente assumida na região (DAL PIZZOL, 2014, p. 29).





As motivações dos topônimos, segundo o modelo taxionômico em evidência, encontram-se na realidade circundante em que o denominador se insere: nos ambientes físico e social. Dito de outra maneira, a cosmovisão do denominador, advinda, em sentido amplo, das experiências culturais com o grupo do qual faz parte, é fator motivante da eleição de topônimos.

Quadro 1: Taxionomias toponímicas de Dick (1990).

NATUREZA FÍSICA	NATUREZA ANTROPOCULTURAL
Astrotopônimos	Animotopônimos/ nootopônimos
Cardinotopônimos	Antropotopônimos
Cromotopônimos	Axiotopônimos
Dimensiotopônimos	Coronotopônimos
Fitotopônimos	Cronotopônimos
Geomorfotopônimos	Dirrematotopônimos
Hidrotopônimos	Ecotopônimos
Litotopônimos	Ergotopônimos
Meteorotopônimos	Etnotopônimos
Morfotopônimos	Hierotopônimos
Zootopônimos	Hagiotopônimos
	Historiotopônimos
	Numerotopônimos
	Poliotopônimos
	Sociotopônimos
	Somatotopônimos

Fonte: Dick (1990).

As taxes acima apresentadas fazem alusão a estratos das mais diversas naturezas, os quais são fontes motivadoras dos topônimos. Por meio da consideração delas, é possível classificar os nomes de lugares de acordo com tais motivações, sejam elas físicas ou antropoculturais. A seguir, serão apresentadas as definições de cada uma das taxes que compõem o modelo taxionômico de Dick (1990a, p. 31-34), tal qual a autora o faz.

A- Taxionomias de Natureza Física

1- Astrotopônimos: topônimos relativos aos corpos celestes em geral. Ex.: Estrela (EH BA); rio da Estrada (ES); Saturno (EH ES) (12).

2- Cardinotopônimos: Topônimos relativos às posições geográficas em geral. Ex.: Praia do leste (PR); serra do Norte (MT); Entre-Rios (EH AM); ribeirão do Norte (MG); lagoa do Sul (SC).

3- Cromotopônimos: topônimos relativos à escala cromática. Ex.: rio Branco (AM); rio Negro (AM); Rio Pardo (SP); serra Azul (SP).



4- Dimensiotopônimos: topônimos relativos às características dimensionais dos acidentes geográficos, como extensão, comprimento, largura, grossura, espessura, altura, profundidade. Ex.: ilha Comprida (AM); serra Curta (BA); Larga (EH GO); riacho Grosso (CE); morro Alto (GO); córrego Fundo (MT) igarapé Profundo (RO).

5- Fitotopônimos: topônimos de índole vegetal, espontânea, em sua individualidade (Ananás, TO), em conjuntos de mesma espécie (Pinheiral, EH RJ), ou de espécies diferentes (morro da Mata, MT; Caatinga, EH BA; serra da Caatinga, RN), além de formações não espontâneas individuais (Ribeirão café, ES) e em conjunto (Cafezal, EH PA).

6- Geomorfotopônimos: topônimos relativos às formas topográficas; elevações (montanha: Montanhas, (EH RN); monte: Monte Alto (EH SP); morro: Morro Azul, (EH RS); colina: Colinas (EH TO); coxilha: Coxilha, (EH RS) e depressões do terreno (Vale-Fundo), EH MG: baixada: Baixadão (EH MT) às formações litorâneas (costa: Costa Rica (EH MT); cabo: Cabo Frio (RJ); angra: Angra dos Reis (EH RJ); ilha: Ilhabela (EH SP); porto: Porto Velho (EH RO).

7- Hidrotopônimos: Topônimos resultantes de acidentes hidrográficos em geral. Ex.: Ipueiras (EH TO), Água Boa (EH MG); rio: Riozinho (EH PI); Rio Preto (EH SP); córrego: Córrego Novo, (EH MG); ribeirão: Ribeirão Preto (EH SP); braço: Braço do Norte (EH BA); foz: Foz do riozinho (EH AM).

8- Litotopônimos: topônimos de índole mineral, relativos à constituição do solo, representados por indivíduos (barro: lagoa do Barro (BA); barreiro: córrego do Barreiro (AM); tijuco: Tijuco Preto (EH SP); ouro: lagoa do Ouro (RS); (pedra ou argila: Taguatinga (EH TO); conjunto da mesma espécie (córrego Tijucal (SP) ou de espécies diferentes (Minas Gerais (EH MG); (Cristália (EH MG), Pedreiras (EH MG).

9- Meteorotopônimos: topônimos relativos a fenômenos atmosféricos. Ex: vento:- serra do vento (PB); Ventania (EH SP); Botucatu (EH SP); neve: riacho das Neves (BA); chuva: cachoeira da Chuva (RO); cachoeira do Chuvisco (MT); Chuva (EH MG); trovão (EH AM); cachoeira Trovoada (PA).

10- Morfotopônimos: topônimos que refletem o sentido de forma geométrica. Ex.: Curva Grande (EH AM); ilha Quadrada (RS); lagoa Redonda (BA) Triângulo (EH MT).

11- Zootopônimos: topônimos de índole animal, representados por indivíduos domésticos (boi: rio dos Bois (TO) e não domésticos (onça: lagoa da Onça (RJ); peixe: Jaú do Tocantins (EH TO) e da mesma espécie em grupos (boiada: ribeirão da Boiada (SP); Vacaria (EH RS); Tapiratiba (EH SP).

B- Taxionomias de Natureza Antropo-Cultural

1- Animotopônimos ou Nootopônimos: topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual, abrangendo a todos os produtos do psiquismo humano, cuja matéria prima fundamental, e em seu aspecto mais importante como fato cultural, não pertence à cultura física. Ex.: vitória: Vitória (EH CE); trunfo: (AH





AC); paraíso: Paraíso do Tocantins (TO); saudade: cachoeira da Saudade (MT); belo: Belo Campo (EH BA); feio: rio Feio (SP).

2- Antropotopônimos: topônimos relativos aos nomes próprios individuais. Ex.: prenome: Abel (EH MG); Benedito (igarapé, MT); Fátima (EH MT); Maurilândia do Tocantins (TO); hipocorístico: Bentinho (EH MG); Chiquita (ilha MT); Nico (Igarapé, AC); prenome + alcunha: Fernão Velho (EH AL); Joaquim Preto (igarapé di, PA); Prenome + apelido de família: Antônio Amaral (EH MG); Francisco Dantas (EH RN); Manuel Alves (rio GO).

3- Axiotopônimos: topônimos relativos aos títulos e dignidades de que se fazem acompanhar os nomes próprios individuais. Ex.: Presidente Prudente (EH SP); Doutor Pedrinho (EH SC); Duque de Caxias (EH RJ).

4- Coronotopônimos: topônimos relativos aos nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes. Ex.: Brasil (EH AM); Europa (EH AC), Amazonas (EH BA); Uruguai (EH MG).

5- Cronotopônimos: topônimos que encerram indicadores cronológicos, representados, em Toponímia, pelos adjetivos novo/nova/ velho/velha. Velha Boipeda (EH BA); rio Novo Mundo (GO); Nova Viçosa (EH BA) Velha e Nova Emas (EH SP).

6- Ecotopônimos: topônimos relativos às habitações de um modo geral. Ex.: Taipas do Tocantins (EH TO); Casa da Telha (EH BA); Ocaçu (EH SP); Sobrado (EH BA).

7- Ergotopônimos: topônimos relativos aos elementos da cultura material. Ex.: flecha: córrego da Flecha (MT); jandaga: Jangada (EH MT); relógio: Relógio (EH PR).

8- Etnotopônimos: topônimos referentes aos elementos étnicos, isolados ou não (povos, tribos, castas). Ex.: Tupiratins (EH TO); Guarani (EH PE); ilha do Francês (RJ); rio Xavante (MT); Chavante (EH SP); Árabe (arroio, RS).

9- Dirrematotopônimos: topônimos constituídos por frases ou enunciados linguísticos. Ex.: Há Mais Tempo (EH MA); Valha-me Deus (EH MA); Vai Quem Quer (igarapé, AM); Deus me Livre (EH BA).

10- Hierotopônimos: topônimos relativos aos nomes sagrados de diferentes crenças: cristã, hebraica, maomentana etc. Ex.: Bom Jesus do Tocantins (EH TO); Cristo Rei (EH PR); Jesus (rio GO); Alá (lago AM); Nossa senhora da Glória (EH AM); às efemeridades religiosas: Natividade (EH GO); Natal (EH AC); às associações religiosas: Cruz de malta (EH SC); aos locais de culto: igreja: serra da Igreja (PR); Capela: Capela (EH AL); Capelazinha (EH MG). Os hierotopônimos podem apresentar, ainda, duas subdivisões: a- hagiotopônimos: topônimos relativos aos santos e santas do hagiológico romano: São Paulo (EH SP); Santa Tereza (EH GO); Santana da Boa Vista (EH RS); b- Mitotopônimos: topônimos relativos às entidades mitológicas. Ex.: saci: Ribeirão do Saci (ES); curupira: lago Curupira (AM); jurupari: Jurupari (EH AM); anhanga: Anhangá (EH BA).

11- Historiotopônimos: topônimos relativos aos movimentos de cunho histórico-social e aos seus membros, assim como às datas correspondentes. Ex.:



Independência (EH AC; rio 7 de Setembro (MT); Inconfidência (EH RJ); Inconfidentes (EH MG); rua Vinte e Um de Abril (SP).

12- Hodotopônimos (ou Odotopônimos): topônimos relativos às vias de comunicação rural ou urbana. Ex: Estradas (EH AM; Avenida (EH BA); córrego do atalho (GO); Travessa (EH BA); Rua de Palha (EH BA); Ladeira (EH MA).

13- Numerotopônimos: topônimos relativos aos adjetivos numerais. Ex.: Dois irmãos do Tocantins (EH TO); Duas Barras (EH BA); Duas pontes (EH RO); Três Coroas (EH RS).

14- Poliotopônimos: topônimos constituídos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial. Ex.: rio da Cidade (RJ); SERRA DA Aldeia (PB); Arraial (EH BA); Vila dos Anjos (EH MG); Povoação (EH PI); Tabapuã (EH SP).

15- Sociotopônimos: topônimos relativos às atividades profissionais aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos membros de uma comunidade (largo, páteo, praça). Ex.: Sapateiro (serra do, RJ); Pescador (EH MG); Tropeiros (serra dos, MG); Engenho Novo (córrego, MG); Oficina (EH MG); Pracinha (EH SP).

16- Somatotopônimos: topônimos empregados em relação metafórica às partes do corpo humano ou do animal. Ex.: Cotovel (EH MG); Pé de Boi (EH SE); Pé de Galinha (EH BA); Mão Esquerda (rio da, AL); Mão Quebrada (lagoa da, PI); Dedo (igarapé do, RR); Dedo Cortado (córrego do, GO); Dedo Grosso (EH SC).

Como se pode perceber, é possível classificar os topônimos a partir de motivações físicas ou antropoculturais. No quadro das influências antropoculturais, recuperar a motivação dos topônimos que receberam esse tipo de influência permite resgatar, também, episódios marcantes da história de uma comunidade, tendo em vista que a “Toponímia situa-se como a crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, [e] o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal” (DICK, 1990, p. 22).

É válido esclarecer que essas taxes foram trabalhadas pela ótica da macrotoponímia, o que sugere que, no âmbito da microtoponímia, elas devam ser repensadas, reavaliadas, reestruturadas e ampliadas, pois uma coisa é trabalhar as taxes do ponto de vista da cartografia, mapas; outra coisa, é trabalhar a partir do contexto real, como história oral, memória, documentos históricos e outros.

TOPÔNIMOS, NOMES DE ESCOLA E ESTUDO DA MEMÓRIA: O LÉXICO COMO REPERTÓRIO DO CONHECIMENTO CULTURAL

Para que o nome atribuído a uma escola deixe de ser considerado uma simples nomenclatura, é fundamental que se compreenda o contexto que envolveu a nomeação desse lugar. A memória é uma das possíveis formas de desvelar e compreender o contexto que envolveu essa nomeação, assim como de evidenciar um pouco da identidade e da história da comunidade que há por trás do nome escolhido. Em outras palavras, por meio da consideração da memória, é possível trazer à tona um período do tempo que parecia inerte e





esquecido, o qual pode lançar uma luz para a compreensão da escolha do nome no presente.

No Dicionário Básico de Filosofia, Japiassu e Marcondes afirmam que “a memória pode ser entendida como a capacidade de relacionar um evento atual com um evento passado do mesmo tipo, portanto com uma capacidade de evocar o passado através do presente” (JAPIASSU; MARCONDES, 2006, p. 183-184). Para Jardim (1995), a memória é a percepção do passado, uma forma de conhecimento produzida de forma não intencional. E, ao caracterizar a História, Le Goff (2013) explica que ela é a forma científica assumida pela memória, uma vez que os fatos ou elementos que se tornarão memória são selecionados no contexto de um dado grupo.

Sabendo das várias possibilidades de uso conceitual da memória em função da abordagem e do viés pretendido, é necessário esclarecer que, nesta pesquisa, faz-se uso do conceito de memória no sentido de representação de fatos passados significativos para a comunidade e, por isso, dignos de registro.

No que tange ao resgate da memória de uma comunidade por meio do estudo dos topônimos que denominam as escolas desse lugar, cumpre ressaltar que, por trazerem em si reflexos de ordem social, o estudo desses nomes permite recuperar um pouco das ideias, da história, da cultura, enfim, da realidade desse grupo social. Para Fonseca (1997):

Los nombres geográficos son parte constitutiva de la historia de un grupo humano. No es concebible imaginar un recuento histórico en el que no se señale con sus nombres a los lugares en los cuales tuvieron lugar hechos de la historia. Los nombres nos dicen de las lenguas de los pueblos, de su cultura, de la historia social, de sus recursos etc., de su poblamiento, de la organización de los asentamientos humanos, de su relación con la naturaleza, de la importancia de ella para un grupo humano, de la manera cómo ha transformado el hombre el ambiente circundante etc. En esta perspectiva, un nombre geográfico es testigo excepcional de historia humana⁵ (FONSECA, 1997, p.20).

Ao ato de nomear impregnam-se marcas sociais, históricas e culturais de uma dada comunidade e, ao estudar essa nomeação, essas marcas e todo o contexto dessa comunidade à época da denominação emergem, de modo que a memória cumpre o papel de subsidiar o trabalho de resgate da identidade sociocultural a partir da análise desses nomes.

⁵ Os nomes geográficos constituem a história de um grupo. Não é possível imaginar um relato histórico em que não sejam indicados os nomes para os lugares onde os acontecimentos tiveram lugar na história. Os nomes nos dizem sobre as línguas e os povos, sua cultura, história social e seus recursos etc., de sua liquidação, organização dos assentamentos humanos, a sua relação com a natureza, a importância dela para um grupo humano, a maneira como o homem transformou o ambiente circundante etc. Nesta perspectiva, um nome geográfico é excepcionalmente testemunho excepcional da história humana (FONSECA, 1997, p. 20, tradução nossa).



Essa análise compreende quatro aspectos relevantes: tempo, história, memória e identidade, que não são excludentes, mas, sim, dialógicos, conjugando-se para desvelar e possibilitar a compreensão do passado subjacente ao topônimo e, assim, permitir uma compreensão mais ampla do presente.

Primeiramente, é necessário considerar que história e tempo estão imbricados. Tudo o que acontece situa-se em um determinado tempo e em um determinado lugar. O processo denominativo, indiscutivelmente, segue essa lógica. Ele não se dá de forma isolada do contexto, uma vez que o denominador está inserido nele, ele participa da realidade que o circunda, influenciando-a e sendo influenciado por ela, em uma relação de metamorfose mútua e constante. Ao escolher um nome para um lugar, na maioria das vezes, ele considera a ordem natural ou social que marca a sua vivência. Para Dick (1992):

A toponímia reserva-se o direito de se apresentar como a crônica de uma comunidade, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras. Assim é que os elementos mais diferenciadores da mentalidade do homem, em sua época e em seu tempo, em face das condições ambientais de vida, que condicionam a sua percepção do mundo, então representados nos nomes de lugares, senão todos, pelo menos os mais flagrantes (DICK, 1992, p.19).

Como foi dito, a denominação de um lugar não é um processo isolado, mas, sim, situado em um determinado momento histórico e, ao se abordar a cronologia referente ao ato denominativo, há de se considerar que é a memória que guarda e relembra uma parte dessa história. Nessa linha de pensamento, conforme afirmam Faggion e Misturini (2014, p.147), “o topônimo [...] tem uma intrínseca relação com a memória de um povo, mesmo quando o povo esquece a motivação toponímica, que se tornou opaca através dos tempos, pois uma cultura e/ou uma língua não existem mais”. No que concerne aos nomes das escolas, a memória auxilia na percepção de que esses nomes não são apenas meros identificadores de um lugar, isto é, eles possuem significado latente.

Assim, se o nome próprio é um fato da língua que não apenas identifica, mas também significa, é nesse sentido que se costuma afirmar que ele carrega em si os reflexos de ordem natural e de ordem social e, por meio de seu estudo, é possível recuperar diversos aspectos da realidade de um grupo, ou seja, as características das línguas faladas pelos indivíduos de determinada região, os aspectos da geografia, da história local, entre outros (TAVARES, 2009, p.101).

Levando em consideração a citação acima, deve-se enfatizar que, por trazerem em si reflexos vários de um determinado contexto sócio-histórico é que os nomes revestidos de função onomástica podem ser interpretados como





o que Dick (1992, p.20) denominou de fóssil linguístico⁶, que, segundo a própria autora, é uma das características mais marcantes do topônimo.

A razão da escolha dos nomes que denominam as escolas de uma comunidade só pode ser compreendida à luz de um contexto sociocultural, político e econômico, em um movimento que considera o sujeito como historicamente situado. Se a razão que levou o denominador a escolher um determinado nome ao invés de outro é ocultada pela cortina da opacidade com o passar do tempo, é por meio de um movimento de retrocesso histórico que se torna possível desvelar a história desse nome e, assim, compreender a provável motivação daquele que escolheu o nome em questão.

Além de resgatar um pouco da história da comunidade, a memória histórica, nesse movimento de retrocesso ao passado, resgata também a identidade local do grupo. Ao compreender identidade como conjunto de características que distinguem uma pessoa ou uma coisa e por meio das quais é possível individualizar a pessoa ou a coisa em questão, pode-se afirmar que estudo dos nomes das escolas de uma comunidade permite que se conheça o conjunto dessas características particularizantes no quadro comparativo desse corpo social com os demais.

Os quatro aspectos abordados - tempo, história, memória e identidade -, possibilitam ir além de meras indagações acerca da escolha de um nome de lugar, permitindo uma compreensão mais profunda não só do lugar por si só, mas também da relação do ato denominativo com a realidade de uma determinada época. A memória é a principal fonte de conhecimento dessa realidade, uma vez que todo grupo tem um saber cumulativo de si oriundo da memória, que é empregado na linguagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do patrimônio lexical de uma língua permite apreender as manifestações culturais e a cosmovisão do grupo que utiliza essa língua, uma vez que os signos linguísticos são permeados por traços da cultura, história, valores e crenças desse grupo. Valendo-se da palavra, o homem nomeia a sua realidade circundante e nela imprime significados. Através da nomeação, tudo que o cerca é caracterizado, e a sua cultura é perpetuada.

O léxico toponímico é uma manifestação dessa lógica. Como expressão linguístico-social, encontra-se enraizada à história, à tradição e aos costumes de um povo, de modo que o topônimo se apresenta como um meio que auxilia na compreensão da própria ideologia do denominador perante o meio, tendo em vista que ele se constitui como um verdadeiro fóssil linguístico, por ser um registro temporal da cosmovisão de um determinado grupo social, ao levar em

⁶ Realmente, os estudiosos da Toponímia assim o parecem definir, em razão da importância de que se reveste como fonte de conhecimento não só da língua falada na região em exame apenas, como também de ocorrências geográficas, históricas e sociais, testemunhadas pelo o povo que a habitou, em caráter definitivo ou temporário (DICK, 1990, p. 20).



consideração o fato de que, subjacente a ele, estão vestígios da identidade e da história desse grupo.

Sendo assim, resgatar a memória dos topônimos que denominam as escolas de uma comunidade significa reconstruir parte da história dessa comunidade, significa realizar um movimento de aproximação do passado com vistas à ressignificação do presente, significa conhecer os aspectos sociopolíticos e culturais que permearam a época em que se deu a criação dessas escolas, significa recuperar e trazer à tona informações relacionadas à constituição do patrimônio cultural da comunidade que se encontram subjacentes a esses nomes.

TOPÔNIMOS, NOMES OF SCHOOL AND MEMORY: THE LÉXICO AS REPERTÓRIO OF THE CULTURAL KNOWLEDGE

ABSTRACT

The purpose of this article is to make considerations about the toponym as a temporal record of the worldview of a particular social group, taking into account the fact that, underlying it, there are vestiges of the identity and history of that group. In this way, by rescuing the memory of toponyms that call the schools of a community, it is possible to reconstruct part of their history, as well as to recover and to bring to the fore information related to the constitution of the cultural patrimony of that community that underlies those names. In this sense, first, the general aspects that involve the process of naming places in the toponymic aspect are discussed; Then questions about the toponymic sign and its inherent motivation are addressed; Finally, the toponym is examined as a means of preserving the group's memory.

Keywords: Toponymy, School names, Memory, Cultural heritage.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Karylleila dos Santos (2010). **Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins: Atito**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2010.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo (1998). "Dimensões da palavra". In: **Filologia e linguística portuguesa**. São Paulo: UNESP, n. 2, pp. 81-118.

_____. (2001) "As ciências do léxico". In. OLIVEIRA, Ana Maria Pires; ISQUERDO, Aparecida Negri. **As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia**. 2. ed. Campo Grande, MS: UFMS, pp. 13-22.





CARVALHINHOS, Patricia de Jesus (2002-2003) “Onomástica e Lexicologia: o léxico toponímico como catalisador de fundo de memória. Estudo de caso: os sociotopônimos de Aveiro (Portugal)”. In: **Revista USP**. São Paulo, n. 56. pp. 172 – 179. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/56/20-patricia.pdf>. Acesso em: 13/08/2014.

CARVALHINHOS, Patricia de Jesus; ANTUNES, Martins Antunes (2007). “Princípios teóricos de Onomástica. Toponímia e Antroponímia. O nome próprio”. **Cadernos do CNLF**. Livro dos Minicursos. RJ: Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, pp. 108-121, 2007. Disponível em <http://www.filologia.org.br/xicnlf/2/09.htm>. Acesso em: 13/08/ 2014.

CUNHA JUNIOR, Elias Paulino da (2011). **O Resgate da Memória da Escola Alarico Silveira por meio de Documentos**. In: VIII Colóquio de Pesquisa sobre Instituições Escolares - Pedagogias Alternativas, 2011, São Paulo. VIII Colóquio de Pesquisa Sobre instituições Escolares.

DAL PIZZOL, Elis Viviana (2015). **Os nomes das escolas da cidade de Bento Gonçalves: uma perspectiva onomástico-cultural**. Dissertação de Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade. Rio Grande do Sul: Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade da Universidade de Caxias do Sul.

DIETZSCH, Mary Julia Martins. (2007). **Crátilo e a Origem dos Nomes**. Revista Internacional d’Humanitats 12CEMOOrOC-Feusp / Núcleo Humanidades-ESDC / Univ. Autônoma de Barcelona.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1990). **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado.

_____. **Toponímia e Antroponímia no Brasil: Coletânea de estudos** (1992). São Paulo: Arquivo do Estado, 1992.

DUARTE JÚNIOR, João-Francisco (1988). **Por que Arte-Educação?** Papyrus, 5. ed. Campinas.

FAGGION, Carmen Maria; DAL CORNO, Giselle Olívia Mantovani; FROSI, Vitalina Maria. (2008). “Topônimos em Bento Gonçalves: motivação e caracterização”. In: **Métis: história e cultura**. v. 1, n. 1. Caxias do Sul: Educus.

FAGGION, Carmen Maria; MISTURINI, Bruno (2014). “Toponímia e memória: nomes e lembranças na cidade”. **Linha D’Água (Online)**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 141-157. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/83370/91674>. Acesso em: 29/01/ 2015.

FILGUEIRAS, Ferreira Zuleide (2011). **A presença italiana em nomes de ruas de Belo Horizonte: passado e presente**. Dissertação de Mestrado em



Linguística. Minas Gerais: Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos.

FONSECA, Gustavo Solís (1997). **La gente pasa, los nombres quedan...: introducción em la Toponimia**. Ediciones. Lengua y Sociedad, G. Herrera Editores. Lima.

GUIRAUD, Pierre (1989). **A semântica**. Rio de Janeiro: Betrand Brasil.

LYONS, John (1979). **Introdução à linguística teórica**. Trad. Rosa Virginia Mattos e Silva e Hélio Pimentel. São Paulo: Editora Nacional/Editora da Universidade de São Paulo.

HALBWACHS, Maurice (2006). **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro.

INDOLFO, Ana Celeste (2007). **Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia**. *Arquivística*. v. 3, n. 2. Disponível

em: <http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000005190&dd1=09a59>.

Acesso em: 19/ 09/ 2014.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. (2006). **Dicionário Básico de Filosofia**. 4.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

LE GOFF, Jacques (2003). "História". In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, pp. 1-171.

LOWENTHAL, David (2006). **The past is a foreign country**. United Kingdom: Cambridge University Press, 2006.

MERLO, Franciele; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos (2015). "Documento, história e memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação". In: **Informação & Informação**. Londrina. v. 20, n. 1, p. 26 - 42, jan./abr. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/18705/pdf_43. Acesso em: 11/08/ 2015.

OGDEN, Charles Kay; RICHARDS, Ivor Armstrong (1972). **O significado do significado: um estudo da influência da linguagem sobre o pensamento e sobre a ciência do simbolismo**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar.

PEIRCE, Charles Sanders (1993). **Semiótica e Filosofia**. 9. ed. São Paulo: Cultrix.

PLATÃO (1973). **Os diálogos de Platão**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. v. 9: Teeteto / Crátilo. Belém: Editora da UFP, 1973.

PORTELLA, Viviane Portella de (2012). **Difusão virtual do patrimônio documental do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado em Patrimônio Cultural. Rio Grande do Sul: Programa





de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas.

SAPIR, Edward (1961). **Linguística como ciência**: Ensaio. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.

TAVARES, Marilze (2009). "Língua e cultura: considerações sobre a motivação de nomes geográficos indígenas". **Raido**, Dourados, v. 3, n. 6, p. 95-109, jul./dez. Disponível em: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/Raido/article/viewFile/434/401>. Acesso em: 10/07/ 2015.

ULLMANN, Stephen (1964). **Semântica: uma introdução à ciência do significado**. Tradução J. A. Osório Mateus. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.